

REUNIÃO

Economia Brasil

- 3 JUN 1985

O GLOBO

Ministros e economistas propõem alta de impostos em 60 a 90 dias

BRASÍLIA — O aumento da carga tributária, aliado a medidas para forçar a redução das taxas de juros, tem que ser adotado dentro de 60 ou 90 dias no máximo. O prazo se tornou praticamente um consenso na reunião do Presidente José Sarney com oito Ministros de Estado e seis economistas, de diversas correntes de pensamento, no sábado, na Granja do Torto.

Para um participante da reunião, "vai ser inevitável uma política de redução dos juros", que deverá complementar as medidas para solucionar o problema do déficit de caixa do Tesouro, estimado em Cr\$ 89 trilhões este ano. Embora não se tenha estabelecido no encontro que mecanismos serão usados para baixar os juros, ficou acertado que eles serão

adotados logo após a entrada em vigor do aumento dos impostos.

O ex-Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen previu que a inflação deste ano poderá ficar em 180 por cento, contra os 200 por cento previstos pelo Governo. De acordo com o participante da reunião, Simonsen chegou a declarar que 180 por cento representarão "um ganho extraordinário" da política de combate à inflação.

No encontro, o ex-Ministro cumprimentou o Presidente José Sarney por seu Governo ter conseguido reverter as expectativas inflacionárias, quando já havia indicações de que, em função do processo de transição política, poderia ocorrer uma hiperinflação semelhante à da Argentina.

Segundo a fonte, Simonsen considerou os índices de abril (7,2 por cento) e maio (7,8 por cento) um resultado altamente positivo. O ex-Ministro afirmou, entretanto, não acreditar que o Governo consiga manter estes percentuais nos próximos meses e manifestou aos presentes sua expectativa de uma taxa média mensal de nove por cento, permitindo fechar o ano com 180 por cento.

Para Simonsen, os índices dos últimos dois meses foram obtidos, em grande parte, com o controle de preços imposto pelo Governo. Mas essa medida, em sua opinião, não pode se prolongar por muito tempo, sob pena de colocar em risco o equilíbrio financeiro das empresas estatais, como a Petrobrás e a Eletrobrás, e de causar prejuízos irreparáveis à iniciativa privada.